

**CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 005/2024  
PAL Nº. 076/2024**

**1 – PREÂMBULO:**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA-MG, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, torna público o Edital de CHAMADA PÚBLICA PARA O CREDENCIAMENTO Nº 005/2024 com fundamento na Lei Federal nº 14.133 de 2021, e pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestar serviço de: Atendimento clínico, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes (cães e gatos) provenientes das ruas do Município de São José da Lapa considerados em situação de risco, de vulnerabilidade e maus tratos, de natureza comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO será realizada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO constituída pelos seguintes servidores: Amanda Oliveira Bastos Pereira, como presidente, Márcia dos Reis Matos como secretária e Andrea Lopes Pereira Felipe Costa como membro, designados pela portaria nº 680 de 26 de abril de 2024.

Os interessados em participar da CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO deverão acompanhar diariamente através do site [www.saojosedalapa.mg.gov.br](http://www.saojosedalapa.mg.gov.br) e do quadro de avisos da Prefeitura quaisquer modificações decorrentes de esclarecimentos ou impugnações do presente Edital e seus Anexos.

A CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO será realizada a partir de 14 de Novembro de 2024 e vigorará até 14 de Dezembro de 2024, conforme disposto no item 4 deste Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

A relação dos documentos necessários para habilitação, bem como o Edital do Termo de Credenciamento estarão disponíveis no site [www.saojosedalapa.mg.gov.br](http://www.saojosedalapa.mg.gov.br).

**A participação neste certame significa autorização expressa para cadastramento no cadastro de fornecedores do Município de São José da Lapa, sujeitando o licitante ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Cadastro, nos termos da IN CGM 005/2020.**

## **2 - OBJETO:**

**2.1.** O presente Edital objetiva a CHAMADA PÚBLICA para Contratação de empresa para prestar serviço de: Atendimento clínico, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes (cães e gatos) provenientes das ruas do Município de São José da Lapa considerados em situação de risco, de vulnerabilidade e maus tratos, de natureza comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **3 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:**

**3.1.** Os pedidos de esclarecimentos, referentes a CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive pelos interessados em credenciar-se e deverão ser enviados à Comissão de Contratação, em até 03 (três) dias úteis antes da data final para o recebimento dos envelopes.

**3.2.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Contratação por escrito, por meio do e-mail [comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br).

**3.2.1.** Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (Nome, CPF, RG) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

**3.2.2.** Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Contratação, por escrito, por meio de e-mail, em até 03 (três) dias úteis e serão publicadas no endereço [www.saojosedalapa.mg.gov.br](http://www.saojosedalapa.mg.gov.br).

**3.3.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até o 3º (terceiro) dia útil antes da data final fixada para a entrega dos envelopes, cabendo à Comissão de Contratação, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**3.3.1.** O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido à Comissão de Contratação, que poderá ser enviado para o e-mail [comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br) ou protocolizado junto a Prefeitura Municipal de São José da Lapa, no Setor de Protocolo, no horário de 12:00 às 17:30 horas, observado os prazos previstos neste ato convocatório, fundamentando o alegado e se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.

**3.3.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.

**3.4.** Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pela Comissão de Contratação no site do MUNICÍPIO de São José da Lapa por meio do endereço [www.saojosedalapa.mg.gov.br](http://www.saojosedalapa.mg.gov.br).

**3.4.1.** As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os interessados em participar do Credenciamento.

**3.5.** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### **4 – DAS INSCRIÇÕES:**

**4.1.** As inscrições serão gratuitas e realizadas online, no período de 14 de Novembro de 2024 até 14 de Dezembro de 2024, pelo sistema 1Doc da Prefeitura, através do link de acesso: <https://saojosedalapa.1doc.com.br/atendimento>. Basta clicar em Cadastro localizado a direita na aba superior, inserir um e-mail, digitar o que vê na imagem abaixo e clicar em prosseguir. Após, irá abrir uma área para realizar o cadastro, onde o solicitante deverá preencher as informações solicitadas, incluindo uma senha para futuro acesso.

**4.2.** Ao cadastrar você deverá clicar em PROTOCOLOS e escolher o Assunto que desejar: Credenciamento – Clínica Veterinária. Após, preencher as informações solicitadas, anexar os documentos necessários em PDF, identifica-los e clicar em protocolar.

**4.3.** Caso necessário procurar o setor de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São José da Lapa, localizada na sede da Prefeitura Municipal, situada à Praça Pedro Firmino Barbosa nº 176, bairro Centro, São José da Lapa/MG, no horário de 12h às 17h 30 minutos, para realizar a inscrição via 1 Doc.

**4.4.** Todos os documentos e formulários preenchidos deverão ser enviados em PDF, e protocolados no sistema 1Doc da Prefeitura, através do link de acesso: <https://saojosedalapa.1doc.com.br/atendimento>.

**4.5.** Todos os documentos apresentados deverão ser originais, sendo parte integrante da ficha de inscrição do proponente.

**4.6.** Na hipótese de apresentação de mais de 02 (duas) inscrições pelo mesmo proponente, somente será analisada a última inscrição enviada, sendo as demais automaticamente desclassificadas.

**4.7.** As inscrições não finalizadas ou incompletas após o término do prazo de inscrição serão canceladas, desclassificadas e não terão direito ao recurso.

**4.8.** Finalizado o período de inscrições, não serão permitidas alterações na inscrição.

**4.9.** O ônus decorrente da participação no edital, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do Proponente.

**4.10.** Ao participar do edital, o proponente autoriza e concorda com a cessão total e irrestrita de direitos de imagem de todos os participantes e direitos do autor.

**4.11.** Em caso de dúvidas, entre em contato com a Comissão de Contratação pelo e-mail: [comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br).

## **5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**5.1.** Poderão participar do certame os interessados comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, aptos tecnicamente a executarem o objeto deste Credenciamento.

**5.2.** O credenciamento deverá permanecer aberto pelo prazo de 30 (trinta) dias e a empresa será contratada por ordem de apresentação de propostas, contados a partir da abertura do prazo para credenciamento.

**5.3.** A Prefeitura Municipal de São José da Lapa tem interesse em firmar somente 1 (um) contrato para prestação deste serviço. Na hipótese de mais empresas credenciarem-se, as demais permanecerão em espera e serão convocadas se:

**I)** Houver desistência na prestação de serviços das clínicas inicialmente contratadas, ou revogação de algum contrato vigente;

**II)** Necessidade de aumento de número de contratos simultâneos na prestação deste serviço, pelo aumento da demanda;

**5.4.** Considerando as condições acima, a empresa permanecerá credenciada enquanto houver contrato vigente oriundo desta solicitação, pelo prazo de até 09 (nove) meses.

**5.5.** Não poderão participar do presente credenciamento as pessoas físicas que:

**5.5.1.** Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

**5.5.2.** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

**5.5.3.** Estejam em débito com o Município de São José da Lapa.

**5.5.4.** Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

**5.6.** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

**5.7.** Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.

**5.8.** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.9.** A participação neste credenciamento implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

## **6 - DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO E SEU JULGAMENTO:**

**6.1.** A proposta comercial deverá ser elaborada, **PREFERENCIALMENTE SEGUINDO O MODELO CONSTANTE DO ANEXO II** DESTE EDITAL, COM TODAS AS INFORMAÇÕES NELE CONSTANTES, SOB PENA DE DECLASSIFICAÇÃO, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo representante pessoa física, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo.

### **6.2. DOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO**

**6.2.1.** A Comissão de Credenciamento será responsável por analisar e habilitar a documentação especificada bem como divulgar a relação dos credenciados habilitados, de acordo com o contido no Edital, os quais, posteriormente, serão chamados para assinar os respectivos contratos.

**6.2.2.** Não serão credenciados, os PROPONENTES que apresentarem as documentações incompletas, ou mesmo em desatendimento ao exigido por este Edital e seus anexos, conforme acima explicitado.

**6.2.3.** A comissão constituída verificará o atendimento das normas exigidas neste Edital.

### **6.3. DOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO**

**6.3.1.** Não apresentar as documentações e comprovações exigidas por este Edital e seus anexos;

## **7 - DA HABILITAÇÃO:**

**7.1.** Para fins de Contratação será exigida da empresa credenciada comprovação das condições de habilitação consignadas nesse Edital e seus Anexos, não sendo aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

### **7.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:**

**7.1.2.** Documento de identificação, com foto, do representante legal da empresa proponente;

**7.1.3.** Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável (eis) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

**7.1.4.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

**7.1.5.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de

sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

**7.1.6.** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**7.1.7.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**7.1.8.** Em caso de cooperativas, deverá ser apresentada a seguinte documentação:

- a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
- b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual se houver;
- c) Ata de Fundação;
- d) Estatuto Social com a Ata da Assembleia que o aprovou.

## **7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: PARA PESSOA JURÍDICA:**

**7.2.1.** Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

**7.2.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo único do art. 11 da Lei Nº 8.212/1991;

**7.2.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão competente do Estado;

**7.2.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da entidade, mediante apresentação de Certidão emitida pela Secretaria competente do MUNICÍPIO;

**7.2.5.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**7.2.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 – CNDT;

**7.2.7.** A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

## **7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**7.3.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária, em plena validade;

**7.3.2.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior em características, quantidades e prazos compatíveis com a totalidade do objeto ou com o item pertinente, mediante a apresentação de certidões ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**7.3.3.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**a)** Alvará Sanitário;

**b)** Comprovação de registro da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), em atendimento a Resolução CFMV nº 592 de 26 junho de 1992, Resolução CFMV 1015 de 09 de novembro de 2012 e a Resolução CRMV-MG nº 367, 26 de agosto de 2019.

**7.3.4.** Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

**7.3.5.** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnicooperacional, a uma única contratação.

**7.3.6.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**7.3.7.** Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

**7.3.8.** No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**7.3.9.** Declaração do licitante atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

**7.3.10.** Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.

**7.3.11.** O fornecedor deverá apresentar, ainda, a relação de compromissos por ele assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico-profissional.

**7.3.12.** Prova de atendimento aos requisitos, item 7.3.7, previstos na resolução CFMV nº

592 de 26 junho de 1992, Resolução CFMV 1015 de 09 de novembro de 2012 e Resolução CRMV-MG nº 367, 26 de agosto de 2019.

#### **7.4. DECLARAÇÕES:**

**7.4.1.** Declaração de que a empresa não é declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

**7.4.2.** Declaração de que a empresa não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 (anos) anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

**7.4.3.** Declaração de conhecimento e atendimento as condições do edital, Anexo II deste edital.

**7.4.4.** Declaração de Responsabilidade, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

**7.4.5.** Declaração de Habilitação, conforme modelo contido no Anexo II deste Edital.

#### **8 - DOS RECURSOS:**

**8.1.** Os interessados terão o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação na Imprensa Oficial do MUNICÍPIO, para recorrer do resultado do Credenciamento.

**8.1.1.** Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolizados junto a Prefeitura Municipal de São José da Lapa, no Setor de Protocolo, Praça Pedro Firmino Barbosa no horário de 12:00 às 17:30 horas ou encaminhado via e-mail [comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br).

**8.1.2.** Os demais classificados serão intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

**8.2.** A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, deverá ser efetuada mediante protocolo junto a Prefeitura Municipal de São José da Lapa, no setor de protocolo no horário de 12:00 às 17:30 horas, Protocolo Postal com A.R. (Aviso de Recebimento), ou via e-mail [comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:comissaodecontratacao@saojosedalapa.mg.gov.br), observados os prazos previstos no item.

**8.3.** Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados à Comissão de Contratação, que poderá:

**8.3.1.** Motivadamente, reconsiderar a decisão;

**8.3.2.** Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a Autoridade Competente.

**8.4.** Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.



**8.5.** Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.

**8.6.** Os recursos deverão ser decididos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.

**8.7.** As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação na imprensa oficial do MUNICÍPIO.

## **9 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE COMPROMISSO:**

**9.1.** O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

**9.2. GESTOR DO CONTRATO:** *Iani de Assis Oliveira, Secretário Municipal de Meio Ambiente, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252).*

**9.3. FISCAL DO CONTRATO:** *Renata lasmin Inácio de Andrade, Auxiliar Administrativo, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252.*

## **17 - DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1.** Este Edital e seus anexos deverão ser lidos e interpretados na íntegra e após encaminhamento da proposta e documentos de habilitação não serão aceitas alegações de desconhecimento.

**17.2.** É facultado à Comissão de Contratação, Comissão de Avaliação ou à Autoridade Superior em qualquer fase do Credenciamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do credenciado, bem como solicitar a elaboração de pareceres destinados a fundamentar as decisões.

**17.3.** O objeto do instrumento contratual decorrente do presente Credenciamento poderá sofrer alterações, conforme previsto no art. 124 da Lei Nº 14.133/2021.

**17.4.** A Comissão de Contratação e Comissão de Avaliação no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**17.5.** O presente Credenciamento somente será revogado por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**17.6.** Este edital encontra-se disponível gratuitamente no site: [www.saojosedalapa.mg.gov.br](http://www.saojosedalapa.mg.gov.br) ou poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de São José da Lapa, no horário de 12:00 às 18:00 horas mediante pagamento, para cobrir os custos com sua reprodução, e será fornecido mediante a apresentação do comprovante de pagamento do documento de arrecadação

municipal devidamente autenticada por banco credenciado pela MUNICÍPIO de São José da Lapa para receber tal pagamento.

**17.7.** Este Edital possui os seguintes anexos:

**17.7.1.** Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

**17.7.2.** Anexo II – Declarações;

**17.7.3.** Anexo III - ETP

**17.7.4.** Anexo IV – Minuta de Contrato.

São José da Lapa-MG, 12 de novembro de 2024.

---

**Rodrigo Brandão de Oliveira**  
**Responsável pela Elaboração do Edital**

---

**Cynthia Aparecida Laurinda Onofre**  
**Responsável pela Revisão do Edital**

---

---

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)	
Previsão no PCA	Ação n. 51
Nível de prioridade conforme PCA	Alto

## 1 – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa para prestar serviço de: *Atendimento clínico, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes (cães e gatos) provenientes das ruas do Município de São José da Lapa considerados em situação de risco, de vulnerabilidade e maus tratos, de natureza comum conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:*

1.2. O prazo de vigência da contratação de 12 meses a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN. MEDIDA	QUANT.
1	INTERNAÇÕES DE ANIMAIS PARA TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO	SV	170
2	ATENDIMENTO CLÍNICO PARA ANIMAIS DA CASA DE PASSAGEM. CÃES DE RUA E PROTETORES CADASTRADOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.	SV	350
4	TRANSPORTE DE ANIMAIS DE UM LOCAL ESPECÍFICO ATÉ A CLÍNICA, DA CLÍNICA PARA A CASA DE PASSAGEM. COBRANÇA REALIZADA REFERENTE A KM RODADO.	SV	150
5	REALIZAÇÃO DE EXAME MULTIFUNCIONAL 1 – HEMOGRAMA, PROTEÍNAS TOTAIS EM FRAÇÕES, ALT(TGP), FOSFATASE ALCALINA, CREATINA E URÉIA.	SV	150
6	REALIZAÇÃO DE EXAME TRIAGEM 4 – HEMOGRAMA, CREATININA, URÉIA, ALT(TGP), AST(TGO), FOSFATASE ALCALINA, GAMA GT, AMILASE TOTAL, GLICOSE, FÓSFORO, CÁLCIO, COLESTEROL TOTAL EM FRAÇÕES, CPK, BILIRRUBINAS (TOTAL, DIRETA E INDIRETA), PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES, LIPASE,	SV	150

---

---

	ÁCIDO ÚRICO E LDH.		
<b>7</b>	REALIZAÇÃO DE EXAME DE FEZES PARASITOLÓGICO SIMPLES	SV	20
<b>8</b>	REALIZAÇÃO DE EXAMES DE URINA RÓTINA	SV	30
<b>9</b>	REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA	SV	50
<b>10</b>	REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RADIOGRAFIA (1 EXPOSIÇÃO)	SV	50
<b>11</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE DESBRIDAMENTO DE FERIDAS - SIMPLES	SV	35
<b>12</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE SUTURA	SV	30
<b>13</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE BIÓPSIA (PEÇA ÚNICA)	SV	15
<b>14</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE REMOÇÃO DE NÓDULOS CUTÂNEOS (PEÇA ÚNICA)	SV	15
<b>15</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE BLEFARÓPLASTIA	SV	5
<b>16</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE SUTURA EM BOLSA DE FUMO	SV	5
<b>17</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE REMOÇÃO DE ESPINHOS DE OURIÇO	SV	30
<b>18</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE OSTEOSÍNTESES	SV	10
<b>19</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE ARTOPLASTIAS	SV	10
<b>20</b>	REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS DE AMPUTAÇÃO	SV	10

1.2.1. A prestação de serviços é enquadrada como continuado tendo em vista a necessidade da implementação de política pública de Bem-estar animal para atendimento de cães e gatos em situação de vulnerabilidade e risco de vida, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no ETP anexo.

1.3. Os quantitativos previstos para esta contratação encontram-se devidamente justificados no ETP, considerando a expectativa de consumo/necessidade anual.

## **2- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

A contratada deverá realizar o trabalho exclusivamente por médicos veterinários registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e ou profissionais devidamente habilitados.

---

Todos os materiais e medicamentos utilizados deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com indicação de uso aos procedimentos realizados;

Credenciamento de clínica veterinária especializada para realização de atendimentos clínicos, exames, internações, transporte e procedimentos cirúrgicos em animais errantes provenientes do nosso município.

- Consulta clínica não emergencial: agendada previamente;
- Transporte de animais em situação de urgência e emergência até o posto de atendimento/clínica;
- Exames: exames hematológicos, bioquímicos, parasitológicos, de imagem, e outros que forem essenciais para o atendimento médico veterinário;
- Internação: após atendimento clínico e/ou cirúrgico, mediante laudo veterinário que comprove a estrita necessidade de internação do animal e comunicação com a contratante;
- Procedimentos cirúrgicos: os procedimentos cirúrgicos podem compreender:

\* **CIRURGIA DE BAIXA COMPLEXIDADE:** compreendem procedimentos realizados sem bloco cirúrgico e sob anestesia geral, de simples execução, contemplando anestesia e materiais de consumo/insumos hospitalares e equipamentos necessários para sua realização. Incluem-se nessa categoria: desbridamento de feridas, suturas de pele, biópsia, remoção de nódulos cutâneos, blefaroplastia, sutura em bolsa de fumo, remoção de espinhos de ouriço, dentre outros;

\* **CIRURGIAS ORTOPEDICAS:** compreendemos procedimentos cirúrgicos inerentes à restauração das estruturas do aparelho locomotor incluindo osteossínteses, artroplastias, artrodese, reconstituições ligamentares, amputações, entre outras;

\* **CIRURGIAS GERAIS:** compreendem todos os procedimentos cirúrgicos realizados inerentes aos tecidos moles, excluindo-se as cirurgias ortopédicas. Incluem-se neste procedimento todos os materiais de consumo/insumos hospitalares necessários a sua execução.

- **Plantões em caso de urgência/emergência:** É considerado situação de emergência quando a vida do animal enfrenta uma ameaça imediata, cuja situação aparece de maneira súbita e imprevista e que a intervenção deve ser imediata. É considerado situação de urgência quando não há risco imediato de vida, mas Pode se tornar uma emergência se não for contornada rapidamente.

Caberá à CONTRATADA a orientação dos riscos anestésicos e inerentes aos procedimentos cirúrgicos e dos cuidados pós-cirúrgicos (colar protetor, repouso, administração de medicação prescrita) no dia da castração. A prescrição dos medicamentos para controle de processos infecciosos referentes ao pós-operatório deve ser adequada à espécie e ao porte dos animais;

É facultado ao médico veterinário responsável pelo atendimento VETAR a execução do

---

---

procedimento cirúrgico em animais que se apresentem em más condições de saúde e que possam implicar em risco de morte ou que as condições do animal possam implicar em insucesso do procedimento;

É obrigatório que cada animal atendido receba prontuário clínico a ser anexado na ficha de atendimento. Nesse prontuário deverão estar presentes o peso do animal, nome, cor, pelagem, raça, os procedimentos veterinários adotados, o método utilizado na cirurgia, os medicamentos utilizados, qualquer intercorrência ocorrida.

### **3 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência.

### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Sustentabilidade Ambiental:

4.1.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) obedecer o(s) seguinte(s) critério(s) de sustentabilidade ambiental:

4.1.1.1 Ter o descarte correto dos materiais hospitalares utilizados em todos os procedimentos.

4.1.1.2 Realizar a higienização de todo o espaço mantendo o ambiente livre de infecções.

4.1.1.3 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela destinação dos resíduos de serviços de saúde gerados, obedecendo ao previsto na Resolução RDC Nº 33, de 25 de fevereiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

4.1.1.4 Eventuais cadáveres de animais deverão ser considerados como resíduos de serviços de saúde. Portanto, o destino dos cadáveres desses animais deverá obedecer ao previsto no item anterior, ficando a CONTRATANTE responsável pela sua destinação adequada.

4.1.1.5 Havendo suspeita clínica de Leishmaniose Visceral Canina durante atendimento realizado pela contratada, o responsável deverá comunicar o Fiscal do contrato para que o contratante acione a Zoonoses do município para coleta de material hematológico para exames.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, tendo em que o (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) após a entrega e aceitação definitiva do objeto.

### **5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses, com início a partir da data de assinatura contratual.

5.1.1. Os serviços deverão ser concluídos em um prazo indeterminado visto a impossibilidade de mensurar tempo de melhora clínica de cada caso clínico, após o início de sua execução.

5.1.2 Todos os serviços deverão ser finalizados até a data final do contrato.

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: clínica credenciada.

5.3. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

---

---

5.3.1. Consulta clínica não emergencial previamente agendada;

5.3.2. Transporte;

5.3.3. Exames;

5.3.4. Procedimentos cirúrgicos;

5.3.5. Plantão em caso de urgência/emergência.

5.4. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas, veículo e utensílios necessários à perfeita execução contratual, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. A Contratada deverá possuir os equipamentos mínimos necessários para a realização dos quantitativos de procedimentos cirúrgicos contratados;

5.4.2. Os insumos, materiais e medicamentos devem estar dentro do prazo de validade.

5.5. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.5.1 Para candidatar-se ao credenciamento clínica veterinária deverá realizar a Comprovação de registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado De Minas Gerais, acompanhada da certidão de regularidade funcional do estabelecimento junto ao referido Conselho, a alvará de licença de localização e funcionamento além do alvará Sanitário.

5.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.6.1. \*Art.1º do Decreto-Lei nº24.645/1934 que afirma que todos os animais existentes no País são de tutela do Estado;

\*Art.225, §1º, VII, da Constituição Federal que estabelece a incumbência do Poder Público em proteger a fauna e a flora, sendo vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade;

\*Lei Municipal nº1. 254 de 07 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa de Proteção, Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos no âmbito Municipal de São José da Lapa, Art.20 “o controle populacional de caninos e felinos no Município de São José da Lapa será considerado proteção ambiental e deverá abranger a esterilização cirúrgica, programa de educação ambiental e outras medidas cabíveis”. No mesmo texto destaca-se no Art.27 que “a fiscalização e cumprimento desta Lei serão atribuídos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente com apoio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e da Secretaria Municipal de Saúde”.

As políticas públicas que buscam o bem estar animal evoluíram significativamente nas ultimas décadas. Entende-se que esse conceito pode ser quantificado através da avaliação das Cinco Liberdades de Bem Estar Animal. Apresentado inicialmente em 1965 através do Comitê Brambell no Reino Unido e aperfeiçoado pelo Farm Animal Welfare Council –

---

---

FAWC, Inglaterra, até hoje tem sido referência no mundo todo para o estudo e avaliação do bem-estar animal sendo elas:

- 1- Livre de fome e sede;
- 2- Livre de dor e doença;
- 3- Livre de desconforto;
- 4- Livre de medo e estresse;
- 5- Livre para expressar seu comportamento natural.

Visando promover o bem estar animal, especialmente em vista ao segundo item da dita lista que engloba tudo que estiver relacionado à saúde física do animal, como dores, ferimentos e doenças e os compromissos firmados no Termo de Compromisso Positivo (TCP) celebrado entre o Ministério Público Estadual e a Administração Municipal em 14 de setembro de 2018, o município de São José da lapa, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresenta no ETP as diretrizes necessárias para o credenciamento de clínica veterinária especializada para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes provenientes do nosso município, que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

5.7.A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 12 meses, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.7.2. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes/fiscal do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar retornos e revisões finais que se fizerem necessários.

5.7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 meses contado após assinatura do contrato assinado pelo fiscal e contratante, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5.8.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.8.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não

---

---



---

atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.8.3. No prazo supracitado para o recebimento provisório, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.8.5. Mensalmente a CONTRATADA deverá encaminhar todos os prontuários de atendimento junto à NFe para o fiscal do contrato.

5.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

5.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.11. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

## **6 - GARANTIA DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será de, no mínimo 30(trinta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, cabendo ao contrato reparar ou refazer os serviços realizados durante esse período.

6.2. Durante o prazo de garantia contratual, o contratado poderá ser notificado para realizar reparos ou para refazer o serviço. Decorrido o prazo previsto na notificação, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou refazer o serviço, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia.

## **7 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

7.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

7.1.1. GESTOR DO CONTRATO: Iani de Assis Oliveira, Secretário Municipal de Meio Ambiente, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252)

---

---

7.1. 2. FISCAL DO CONTRATO: *Renata lasmin Inácio de Andrade, Auxiliar Administrativo, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252.*

7.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.7. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade

7.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do Município – CFM.

---

---

7.11.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

## **8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE/CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS:**

8.1. A proposta vencedora será selecionada pelo critério de ORDEM DE CREDENCIAMENTO;

8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme definido pelo Setor de Licitações.

8.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

8.3.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária, em plena validade;

8.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior em características, quantidades e prazos compatíveis com a totalidade do objeto ou com o item pertinente, mediante a apresentação de certidões ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Alvará Sanitário

b) Comprovação de registro da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), em atendimento a Resolução CFMV nº 592 de 26 junho de 1992, Resolução CFMV 1015 de 09 de novembro de 2012 e e Resolução CRMV-MG nº 367, 26 de agosto de 2019.

8.3.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

8.3.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.3.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.3.3. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

8.3.3.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

8.3.4. Declaração do licitante atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.3.4.1. Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.

---

---

8.3.5. O fornecedor deverá apresentar, ainda, a relação de compromissos por ele assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico-profissional.

8.3.6. Prova de atendimento aos requisitos, item 8.3.231, previstos na resolução CFMV nº 592 de 26 junho de 1992, Resolução CFMV 1015 de 09 de novembro de 2012 e Resolução CRMV-MG nº 367, 26 de agosto de 2019.

## **9 - OBRIGAÇÃO DAS PARTES:**

### **9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Fornecer todos os materiais e equipamentos de Proteção Individual (EPI), ferramentas, utensílios necessários, transporte e alimentação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

9.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;

9.1.4. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência

9.1.5. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.1.6. Apresentar nota fiscal mensal constando detalhadamente as quantidades e descrições do(s) serviço(s).

#### **9.1.7. Assegurar à Contratante:**

9.1.7.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.1.7.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.1.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias,

---

---

tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

9.1.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.12. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.13. Não permitir a utilização do trabalho do menor;

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, observado, se for o caso a respectiva matriz de alocação de riscos.

## **9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

9.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

9.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **11– CRITÉRIOS DO CREDENCIAMENTO:**

As empresas poderão credenciar-se respeitando os seguintes critérios:

11.1. Poderão credenciar-se todas as empresas que estiverem em situação regular com a Administração, vedadas empresas que forem penalizadas por sanções administrativas nos últimos 12 meses.

11.2. O credenciamento deverá permanecer aberto pelo prazo de 30 (trinta) dias e a empresa será contratada por ordem de apresentação de propostas, contados a partir da abertura do prazo para credenciamento.

---

---

11.3. A Prefeitura Municipal de São José da Lapa tem interesse em firmar somente 1 (um) contrato para prestação deste serviço. Na hipótese de mais empresas credenciarem-se, as demais permanecerão em espera e serão convocadas se:

I – Houver desistência na prestação de serviços das clínicas inicialmente contratadas, ou revogação de algum contrato vigente;

II – Necessidade de aumento de número de contratos simultâneos na prestação deste serviço, pelo aumento da demanda;

11.4. Considerando as condições acima, a empresa permanecerá credenciada enquanto houver contrato vigente oriundo desta solicitação, pelo prazo de até 09 (nove) meses.

## **12 - AFERIÇÃO E PAGAMENTO:**

12.1. A avaliação da execução do objeto verificará a adequada qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE;

12.2.1. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à sua prévia conferência pelo fiscal do contrato.

12.2.2. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo CONTRATANTE.

12.2.3. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da CONTRATADA, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da CONTRATADA.

12.3. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a contratada deverá apresentar, junto à nota fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação:

I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;

II - Termo de Medição ou Relatório de Prestação de Serviços, devidamente atestado e aprovado pelo Fiscal do Contrato e pelo Secretário requisitante;

III – Prontuário Médico Veterinário.

12.4. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

12.5. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

12.6. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do

---

---

contrato.

### **13. DO REAJUSTE**

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, a pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do INPC ou do IPCA, o que for mais vantajoso para a Administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **INTERNAÇÕES DE ANIMAIS PARA TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO 14 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Fonte de Recursos: 1.500

Ficha: 397

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São José da Lapa, 16 de Setembro de 2024.

**Renata Iasmin Inácio de Andrade/Auxiliar Administrativo**  
**Responsável pela elaboração do TR**

---

---

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS  
CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

São José da Lapa, 16 de Setembro de 2024.

Iani de Assis Oliveira

**Nome, matrícula do Ordenador de Despesas**



## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL**

(Nome do Licitante, CPF e Endereço)

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do credenciamento e os termos constantes no Edital Chamada Pública nº 005/2024 – Processo nº 076/2024 e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

Data, Local.

---

Nome do Licitante

RG do Licitante

CPF do Licitante

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

(Nome do licitante, CPF e endereço)

À Comissão de Contratação do Município de São José da Lapa MG.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Chamada Pública - Credenciamento nº 005/2024 – Processo nº 076/2024 instaurado pela Prefeitura Municipal de São José da Lapa/MG, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos da Chamada Pública nº 005/2024– Processo nº 076/2024, realizado pela Prefeitura de São José da Lapa –MG.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

Assinatura do Licitante

## **MODELO DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

NOME, CPF, ENDEREÇ, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, ENDEREÇO, pelo presente instrumento declara sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação na Chamada Pública, sob o nº 005/2024.

Local e data.

---

Assinatura do Licitante

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

NOME, CPF, ENDEREÇ, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, ENDEREÇO, pelo presente instrumento declara sob as penas da lei, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Assinatura do Licitante

### **ANEXO III**

#### **MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

CHAMADA PUBLICA Nº 005/2024

PROCESSO Nº. 076/2024

OBJETO: Credenciamento para a Contratação de empresa para prestar serviço de: Atendimento clínico, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes (cães e gatos) provenientes das ruas do Município de São José da Lapa considerados em situação de risco, de vulnerabilidade e maus tratos, de natureza comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador do Documento de Identidade Nº XXXXXXXXXXXXX, para participar das reuniões relativas ao Processo Licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Data e local

---

Assinatura do Licitante

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2024				
RAZÃO SOCIAL				
CPF				
ENDEREÇO				
TELEFONE/FAX				
E MAIL:				
NOME DO REPRES. LEGAL				
IDENTIDADE DO REPRES. LEGAL				
CPF DO REPRES. LEGAL				
NOME BANCO				
AGÊNCIA				
CONTA CORRENTE				
OBJETO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL				
DURAÇÃO DO CONTRATO (MESES)				
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Conforme Minuta do Contrato)				
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				
LOCAL DE EXECUÇÃO				
Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I do Edital.				
Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.				
Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.				

LOCAL E DATA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **1. INTRODUÇÃO**

Este Estudo Técnico Preliminar - ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São José da Lapa, descrita no item 3, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de credenciamento.

### **2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP**

Em observância ao previsto nas seguintes legislações:

\*Art.1º do Decreto-Lei nº24.645/1934 que afirma que todos os animais existentes no País são de tutela do Estado;

\*Art.225, §1º, VII, da Constituição Federal que estabelece a incumbência do Poder Público em proteger a fauna e a flora, sendo vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade;

\*Lei Municipal nº1. 254 de 07 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação do Programa de Proteção, Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos no âmbito Municipal de São José da Lapa, Art.20 “o controle populacional de caninos e felinos no Município de São José da Lapa será considerado proteção ambiental e deverá abranger a esterilização cirúrgica, programa de educação ambiental e outras medidas cabíveis”. No mesmo texto destaca-se no Art.27 que “a fiscalização e cumprimento desta Lei serão atribuídos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente com apoio da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e da Secretaria Municipal de Saúde”.

As políticas públicas que buscam o bem estar animal evoluíram significativamente nas ultimas décadas. Entende-se que esse conceito pode ser quantificado através da avaliação das Cinco Liberdades de Bem Estar Animal. Apresentado inicialmente em 1965 através do Comitê Brambell no Reino Unido e aperfeiçoado pelo Farm Animal Welfare Council – FAWC, Inglaterra, até hoje tem sido referência no mundo todo para o estudo e avaliação do bem-estar animal sendo elas:

- 1- Livre de fome e sede;
- 2- Livre de dor e doença;
- 3- Livre de desconforto;
- 4- Livre de medo e estresse;
- 5- Livre para expressar seu comportamento natural.

Visando promover o bem estar animal, especialmente em vista ao segundo item da dita lista que engloba tudo que estiver relacionado à saúde física do animal, como dores, ferimentos e doenças e os compromissos firmados no Termo de Compromisso Positivo (TCP) celebrado entre o Ministério Público Estadual e a Administração Municipal em 14 de setembro de 2018, o município de São José da Lapa, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente apresenta nesse ETP as diretrizes necessárias para o credenciamento de clínica veterinária especializada para a realização de atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes provenientes do nosso município, que se encontrem em situação de vulnerabilidade.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

Com o intuito de atender à crescente demanda por suporte médico veterinário para população de animais soltos em via pública, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente assume a busca pela promoção do bem estar animal.

Além disso, a presente iniciativa está alinhada às determinações expressas no Termo de Compromisso Positivo (TCP) celebrado entre o Ministério Público Estadual e a Administração Municipal em 14 de setembro de 2018. Neste contexto, torna-se imprescindível manter, de forma permanente e adequada, instalações, instrumentos, medicações, inclusive anestésicos e servidores assistência aos médicos veterinários.

No último biênio, a fim de realizar o devido suporte médico veterinário à administração pública, através dos Termos de Colaboração 4/2022 e 5/2023 assinados com a ASSOCIAÇÃO VIRA LAPA –AVILAP, realizou o serviço de suporte veterinário incluindo consultas, cirurgias de emergência, internação, alojamento e resgate de animais errantes em situação de vulnerabilidade. Todavia a ONG VIRA LAPA, através da sua presidente senhora Claudia, nos apresentou uma proposta de readequação do seu plano de trabalho e os



serviços de atendimentos clínicos, exames, alojamento, internações e procedimentos cirúrgicos não serão mais realizados pela entidade a partir no mês de março deste ano ficando a cargo da administração pública a realização deste trabalho.

Diante do exposto faz-se necessário o credenciamento de uma clínica veterinária, comprovadamente capacitada, para realização dos serviços citados. Esta colaboração não apenas promove a saúde e o bem-estar animal, mas também contribui para a preservação do meio ambiente.

#### **4. SECRETARIA REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

#### **5. PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (PCA) DE 2024:**

Não houve previsão de Clínica Veterinária no PCA devido a vigência do MROSC N°05/2023 AVILAP. Após pedido de readequação realizado pela AVILAP no dia 21/02/2024 passou a ser de responsabilidade do município de São José da Lapa os serviços listados no ETP.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para candidatar-se ao credenciamento clínica veterinária deverá realizar a Comprovação de registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado De Minas Gerais, acompanhada da certidão de regularidade funcional do estabelecimento junto ao referido Conselho, a alvará de licença de localização e funcionamento além do alvará Sanitário.

Somente serão aceitos para o credenciamento, os estabelecimentos que estejam instalados no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eventuais interessados de outros municípios poderão se credenciar desde que os atendimentos sejam realizados no município de São José da Lapa, devendo providenciar, por sua exclusiva responsabilidade, local adequado, que atenda as legislações sanitárias vigentes necessária para funcionamento.

#### **7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

A prestação dos serviços de clínicas veterinárias para atendimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos terá seu quantitativo condicionados ao valor reservado de R\$ 100.000,00, destinados a:

\*consulta clínica não emergencial: agendada previamente;

\*Transporte de animais em situação de urgência e emergência até o posto de atendimento/clínica;

\*Exames: exames hematológicos, bioquímicos, parasitológicos, de imagem, e outros que forem essenciais para o atendimento médico veterinário;

\*Internação: após atendimento clínico e/ou cirúrgico, mediante laudo veterinário que comprove a estrita necessidade de internação do animal e comunicação com a contratante;

\*Procedimentos cirúrgicos: os procedimentos cirúrgicos podem compreender:

- **CIRURGIA DE BAIXA COMPLEXIDADE:** compreendem procedimentos realizados sem bloco cirúrgico e sob anestesia geral, de simples execução, contemplando anestesia e materiais de consumo/insumos hospitalares e equipamentos necessários para sua realização. Incluem-se nessa categoria: desbridamento de feridas, suturas de pele, biópsia, remoção de nódulos cutâneos, blefaroplastia, sutura em bolsa de fumo, remoção de espinhos de ouriço, dentre outros;
- **CIRURGIAS ORTOPEDICAS:** compreendemos procedimentos cirúrgicos inerentes à restauração das estruturas do aparelho locomotor incluindo osteossínteses, artroplastias, artrodese, reconstituições ligamentares, amputações, entre outras;
- **CIRURGIAS GERAIS:** compreendem todos os procedimentos cirúrgicos realizados inerentes aos tecidos moles, excluindo-se as cirurgias ortopédicas. Incluem-se neste procedimento todos os materiais de consumo/insumos hospitalares necessários a sua execução.

\*Plantões em caso de urgência/emergência: É considerado situação de emergência quando a vida do animal enfrenta uma ameaça imediata, cuja situação aparece de maneira súbita e imprevista e que a intervenção deve ser imediata. É considerado situação de urgência quando não há risco imediato de vida, mas Pode se tornar uma emergência se não for contornada rapidamente. Na urgência pode haver previsão de atendimento quanto ao tempo, mas também não pode ser tardia, quer dizer, tem que ser em curto prazo.

Dar-se-á a contratação de um serviço global composto desses procedimentos, pela impossibilidade de mensurar o quantitativo por item, haja vista tratar-se de demanda futura e não conhecida.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A SMMA, em conjunto com a empresa contratada, definirá a quantidade de procedimentos a serem realizadas. No caso de a quantidade estabelecida não ser atingida, será cobrado o valor correspondente a cada procedimento realizado. Ao final de cada mês a contratada deverá apresentar um relatório detalhado, identificando os números de procedimentos realizados e quaisquer observações relevantes.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Uma clínica veterinária em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente irá desempenhar um papel fundamental na saúde e bem-estar dos animais de uma cidade. Ao oferecer uma gama de serviços que vão desde consultas de rotina até exames complementares e cirurgias; Esses estabelecimentos não apenas cuidam dos pets, mas também contribuem significativamente para a qualidade de vida de toda a comunidade.

Primeiramente, as consultas de rotina são essenciais para a prevenção de doenças onde incluem nessas as zoonoses. Através de exames físicos regulares e vacinações, o veterinário (através de exames laboratoriais) identifica precocemente problemas de saúde e implementam medidas preventivas, evitando complicações futuras e garantindo que os animais estejam sempre saudáveis e protegidos. Uma clínica veterinária que oferece serviços como exames laboratoriais e de imagem desempenham um papel crucial no diagnóstico preciso de doenças. Testes sanguíneos, radiografias, ultrassonografias e outros exames permitem que o veterinário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente avalie com precisão a saúde dos animais, identifique condições médicas ocultas e estabeleça tratamentos adequados. Isso não apenas melhora as chances de recuperação dos pacientes, mas também proporciona tranquilidade aos tutores ao entenderem a saúde de seus animais de estimação de maneira detalhada.

Em resumo, uma clínica veterinária em parceria com a SMMA será um pilar essencial na construção de uma cidade mais compassiva e responsável com seus habitantes não humanos. Ao oferecer suporte profissional, exames complementares e de rotina e cirurgias, essa(s) clínica(s) assegura que os animais recebam o melhor cuidado possível, contribuindo assim para uma sociedade mais saudável e equilibrada como um todo.

## **10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

Diante do exposto neste ETP, declaro (amos) VIÁVEL esta contratação. Os fatores que ensejaram a conclusão pela viabilidade da contratação são os seguintes:

- I. O atendimento veterinário de cães e gatos em situação de vulnerabilidade e risco de vida torna-se imprescindível devido as determinações expressas no Termo de Compromisso Positivo (TCP) celebrado entre Ministério Público Estadual e a Administração Municipal.
- II. Garantia de bem estar para animais em situação de rua;
- III. Economia de recursos públicos, menor demanda por serviços de controle de zoonoses;
- IV. Controle de zoonoses e doenças transmitidas por animais devido ao atendimento emergencial de fêmeas no cio (castração cirúrgica desses animais) resultando na diminuição dos animais em situação de rua;
- V. Conscientização da comunidade sobre a importância da guarda responsável, participação ativa da população em ações de proteção animal;
- VI. Fortalecimento da imagem do Município como promotora do bem-estar animal.

São José da Lapa, 16 de Setembro de 2024.

<p><b>APROVO ESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DETERMINO O INÍCIO DA IMEDIATA ELABORAÇÃO DO(S) RESPECTIVO(S) TERMO(S) DE REFERÊNCIA(S)</b></p>
---

São José da Lapa, 16 de Setembro de  
2024.

Iani de Assis Oliveira  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Renata Iasmin Inácio de Andrade  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

### ANEXO III – Minuta do Contrato

**CONTRATO N.º xxx/2024**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 076/2024**  
**PROCESSO DE COMPRAS N.º 118/2024**  
**CREDENCIAMENTO N.º 005/2024**

Contrato administrativo que entre si celebram o MUNICÍPIO de São José da Lapa-MG, por intermédio da Secretária Municipal de Meio Ambiente e a Empresa xxxxxxxxxxxx.

Este contrato será regido pela Lei Federal N.º 14.133, de 01 de abril de 2021, com suas alterações posteriores.

<b>PREÂMBULO – DAS PARTES</b>
-------------------------------

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA LAPA  
Endereço: Praça Pedro Firmino Barbosa, 176, Centro, CEP 33.350-000  
CNPJ: 42.774.281/0001-80  
Representante Legal: Prefeito: Diego Álvaro dos Santos Silva, brasileiro (a) e  
RG nº MG-16.353.696, CPF: 097.917.946-77

CONTRATADA  
Razão Social:  
Endereço:  
CEP:  
CNPJ:  
Representante Legal: CPF:

<b>CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO</b>
-----------------------------------

1. Contratação de empresa para prestar serviço de: Atendimento clínico, exames, internações e procedimentos cirúrgicos em animais errantes (cães e gatos) provenientes das ruas do Município de São José da Lapa considerados em situação de risco, de vulnerabilidade e maus tratos, de natureza comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CEP (se for o caso)	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
...						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados da assinatura do contrato.*

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$.…… (……)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

**8.1.1.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

**8.1.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.1.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**8.1.4.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**8.1.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

**8.1.6.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**9.2.** Fornecer todos os materiais e equipamentos de Proteção Individual (EPI), ferramentas, utensílios necessários, transporte e alimentação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

**9.3.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros

**9.4.** Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência;

**9.5.** Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de



concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

**9.6.** Apresentar nota fiscal mensal constando detalhadamente as quantidades e descrições do(s) serviço(s).

**9.7.** Assegurar à Contratante:

**9.7.1.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

**9.7.2.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**9.7.3.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

**9.7.4.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

**9.7.5.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

**9.7.6.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

**9.7.7.** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**9.7.8.** Não permitir a utilização do trabalho do menor;

**9.7.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.7.10.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

**9.7.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, observado, se for o caso a respectiva matriz de alocação de riscos

<p style="text-align: center;"><b>CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</b></p>
---

**10.1.** O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

**10.1.1. GESTORES DO CONTRATO:** *Iani de Assis Oliveira, Secretário Municipal de Meio Ambiente, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252).*

**10.1.2. FISCAIS DO CONTRATO:** *Renata lasmin Inácio de Andrade, Auxiliar Administrativo, [meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br](mailto:meioambiente@saojosedalapa.mg.gov.br), 2010-1252*

**10.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**10.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**10.4.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**10.4.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**10.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**10.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**10.7.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

**10.8.** As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**10.9.** A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**10.10.** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**10.10.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**10.11.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**10.12.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do DEMA – CFD.

**10.12.1.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

<p style="text-align: center;"><b>CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b></p>
---

**11.1.** Comete infração administrativa, o contratado que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**h)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que tal inexecução não traga prejuízos diretos aos cofres públicos, aos usuários e destinatários dos serviços públicos ou à execução do serviço ou obra e desde que o fornecedor já não tenha sido advertido em momento anterior, no âmbito do mesmo instrumento contratual.

**ii. Impedimento de licitar e contratar:**

**I. De 06 (seis) meses a 18 (dezoito) meses, quando o contratado:**

- a) vencido o prazo de advertência, permanecer inadimplente;
- b) deixar de entregar, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, os documentos exigidos para o certame;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ofender agentes públicos no exercício de suas funções;
- e) tumultuar a sessão de licitação;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação; paralisar injustificadamente o serviço, a obra ou o fornecimento de bens, sem motivo justificado;
- g) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- h) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

**II - De 01(um) ano até 03 (três) anos, quando o fornecedor:**

- a) concorrer para o atraso ou inexecução total ou parcial do objeto contratado, de modo a ensejar a extinção do instrumento contratual;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) receber multa e não efetuar o pagamento.
- e) receber 02 (duas) penalidades de advertência, relativas ao mesmo contrato, em periodicidade inferior a 06 (seis) meses;
- f) for reincidente no recebimento de multa relativa ao mesmo contrato, em razão de:
  - 1. Atraso na execução do objeto;
  - 2. Alteração de marca ou quantidade do objeto contratado;
- g) Deixar de devolver valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- h) Induzir em erro a Administração;
- i) Ensejar o cancelamento da Ata de Registro de Preços;
- j) Entregar mercadoria deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se adequada ou perfeita fosse;
- k) Não atender às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras previstas no instrumento contratual;
- l) Alterar qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- m) Prestar serviço de baixa qualidade ou fornecer bens de baixa qualidade.

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando cometidas as seguintes infrações:

- a)** apresentar declaração ou documentação falsa, adulterada ou fraudada exigida para o certame ou para as contratações diretas ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.
- f)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame;
- g)** Entregar mercadoria falsificada ou adulterada, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- h)** Alterar substância da mercadoria fornecida;
- i)** Oferecer vantagens a agentes públicos com o fim de obter benefícios indevidos;
- j)** Ser condenado definitivamente, na esfera cível ou criminal, pela prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou encargos sociais inerentes às atividades pertinentes ao contrato firmado com a Administração.

**iv. Multa:**

- a)** Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- b)** 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- c)** 30% sobre o valor do fornecimento não realizado/serviço não prestado/etapa de obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- d)** 20%, em caso de recusa injustificada do fornecedor em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Seção de Licitações, Compras e Contratos ou rescisão do instrumento contratual, calculado sobre a parte inadimplente; e
- e)** 15% sobre o valor do contrato/nota de empenho/ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

**iv.1.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**11.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Portaria n. XXX/20XX (ou Decreto n. XXX/20XX).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente:**

Fonte de Recursos: 1.500

Ficha: 397

**13.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

<b>CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO</b>
--------------------------------------

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Vespasiano/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO